UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
INSTITUTO DE ESTUDOS TECNOLÓGICOS

**Thiago Augusto Miranda Façanha
Paulo Roberto Tavares**

RECICLAGEM DO LIXO DOMÉSTICO

Juiz de Fora - MG

Agosto de 2003

**Thiago Augusto Miranda Façanha
Paulo Roberto Tavares**

RECICLAGEM DO LIXO DOMÉSTICO

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Tecnologia em Meio Ambiente do Instituto de Estudos Tecnológicos da Universidade Presidente Antônio Carlos como requisito parcial à obtenção do título de Tecnólogo em Meio Ambiente.

Juiz de Fora - MG

Agosto de 2003

**Thiago Augusto Miranda Façanha
Paulo Roberto Tavares**

RECICLAGEM DO LIXO DOMÉSTICO

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Tecnologia em Meio Ambiente como requisito parcial à obtenção do título de Tecnólogo em Meio Ambiente e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Juiz de Fora - MG

30/08/2003

Dedico este trabalho aos amigos, que muito
colaboraram para sua realização.

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo a conscientização da importância de cuidarmos de nosso meio ambiente, para não prejudicarmos no futuro nossa própria existência.

Serão debatidos no desenvolver do trabalho, além de uma noção geral do que vem a ser o meio ambiente, os principais caminhos para preservá-lo.

A apresentação de teses e doutrinas de vários autores, modernos e contemporâneos, com as mais diversas opiniões sobre o assunto.

Discursos sobre toda legislação vigente a respeito de preservação e sanções ambientais, algumas resoluções, doutrinas, jurisprudências, certificados ambientais, trabalho de algumas ONGs e partidos políticos.

O ponto chave do trabalho será a conscientização, a reeducação sobre a importância de reciclarmos nosso lixo doméstico para evitar no futuro problemas que atualmente, já vem sendo observados diariamente em todas as capitais, como o caso da epidemia de dengue, resultado da falta de cuidados necessários com pneus velhos, latas, garrafas e outros, além deste o principal e mais grave problema que vem se apresentando é o das "enchentes" constantes no dia a dia das grandes cidades, resultado da falta de educação e falta de preparo de nossos cidadãos em razão da preservação do meio ambiente, que descarregam em vias de escoamento, os córregos, os rios todos os tipos de lixo que impedem o escoamento correto e pacífico das águas pluviais.

Objetivando também o ponto de vista sócio-econômico do assunto, serão analisados os benefícios extraordinários decorrentes da reciclagem de lixo. Não menos importante é a geração de empregos diretos e indiretos, com especial atenção ao resgate social de pessoas que antes estavam desacreditadas e até marginalizadas, melhorando suas condições de trabalho e de vida (mendigos, subempregados), tornando-se catadores e sucateiros de materiais recicláveis.

Quanto aos princípios Constitucionais, será observada a visão da maioria dos doutrinadores ambientais que tem verificado o direito ambiental como um direito de 3ª geração, acima dos direitos do homem e dos direitos sociais, estando esse novo direito no campo dos direitos difusos ou coletivos, ampliando de maneira excepcional os princípios universais.

Todos os itens relacionados acima são de extrema importância para reeducar nossa população, sendo assim, esse trabalho irá buscar reativar a chama do mínimo de dignidade humana para o desenvolvimento sadio da vida em nosso meio ambiente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. A CONSTITUIÇÃO E O MEIO AMBIENTE	12
2. O DIREITO DO MEIO AMBIENTE	13
3. LEIS AMBIENTAIS, INSTITUTOS E O MUNDO JURÍDICO AMBIENTAL	15
4. A IMPORTÂNCIA DA RECICLAGEM DE LIXO DOMÉSTICO, SUAS VANTAGENS E SEU VALOR SÓCIO-ECONÔMICO	20
4.1. Transformação	20
4.2. Evolução	20
4.3. Inter-relacionamento	21
4.4. Os princípios da reciclagem	22
4.4.1. Movimentos Ecológicos	23
4.5. Das vantagens e do valor sócio-econômico	25
5. MEIO AMBIENTE E CIDADANIA	29
5.1. Finalidade das ações de cidadania	32
6. DOS MEIOS EXISTENTES DE PRESERVAÇÃO E RECICLAGEM	34
7. JURISPRUDÊNCIA – EMENTA	38
7.1. Despejos Industriais e Domésticos	38
7.2. Depósito de Lixo	39
CONCLUSÃO	40
BIBLIOGRAFIA	41

INTRODUÇÃO

Para uma melhor compreensão da importância da Reciclagem de Lixo Doméstico em nosso Meio Ambiente, será tratado de início um breve significado do que vem a ser meio ambiente, seu conceito para o mundo civil e para o mundo jurídico, aspectos, fontes, princípios constitucionais e principalmente sua importância para nós “seres humanos”.

Grosso modo meio ambiente é entendido como o conjunto de fatores exteriores que agem de forma permanente sobre os seres vivos, aos quais os organismos devem se adaptar e com os quais têm de interagir para sobreviver.

Já em sentido jurídico:

A Lei Brasileira adotou um conceito amplo de meio ambiente, que envolve a vida em todas as suas formas. O meio ambiente envolve os elementos naturais, artificiais e culturais, sendo que meio ambiente ecologicamente equilibrado, é o um macrobem unitário e integrado. Considerando-o macrobem, tem-se que é um bem incorpóreo e imaterial. O meio ambiente é um bem de uso comum do povo, trata-se de um bem jurídico de interesse público e um direito fundamental do homem, considerado de quarta geração, para alguns doutrinadores do direito, de fato é um direito fundamental intergeracional, intercomunitário, incluindo a adoção política de solidariedade.

Tais conceitos, jurídicos ambientalistas vêm surgindo no Brasil desde 1950 quando cientistas passaram a perceber que o crescimento desgovernado da civilização traria efeitos perigosíssimos à sociedade e meio ambiente. Logo após em 1960 pode-se observar o surgimento de diversas Organizações Não Governamentais (ONGs), em seguida 1970 o defloramento de partidos políticos e grandes doutrinadores do meio ambiente. Já em 1990 chega a hora da abrangência das grandes empresas no tocante ao respeito e proteção do meio ambiente.

Para melhor salientar os novos pensamentos quanto ao meio ambiente Alier diz que:

A palavra ecologia não se refere aos luxos estéticos da vida, mas sim ao fluxo de energias e materiais, adversidade biológica e no uso agroecológico do solo e, portanto, resultaria absurdo pensar que a consciência ecológica (ambiental), é uma novidade nascida em círculos ricos dos países ricos.

Dito isto, fica simples verificar que a sensibilidade ambiental vem surgindo realmente através de grupos e instituições científicas, Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos comunitários, redes de movimentos sociais, partidos verdes, administradores e gerentes que implementam gestão ambiental, mercado consumidor verde, selos verdes como, por exemplo, o ISO 14.000, normas internas, tratados internacionais, e outros.

Em consequência de todos os fatos relacionados acima se tem como principais destaques as Leis nº. 6.938 de 1981, 7.347 de 1985 e nossa atual Constituição Federal de 1988 com seu vasto artigo 225 e artigo 23, incisos VI e VII.

Mas apesar de todos estes esforços, a sociedade globalizada passa por uma realidade terrível que é a devastação do meio ambiente e uma urgência ainda mais que real de preservá-lo. O problema principal está em normatizar esse direito, pois o direito ao meio ambiente não é individual e seus fundamentos atingem os direitos difusos, que são incontestavelmente difíceis de se limitar. Conforme entendimento doutrinário: “O direito difuso ao meio ambiente consiste num direito-dever, na medida em que a pessoa ao mesmo tempo em que é titular do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, também tem a obrigação de defendê-lo e preservá-lo”.

Visto por este ângulo deve-se analisar como direito-dever “*erga omnes*”, ou seja, para todos passando agora a ser entendido como direito universal, fundamental, inviolável, indisponível e inalienável, pois a maior preocupação no momento não é mais em razão de interesses privados, mas sim interesses coletivos, a dignidade humana, a vida em comum, a proteção das espécies de nosso ecossistema e principalmente a proteção de nossas futuras gerações.

Porem dificuldade ainda maior esta em determinar a competência de assuntos relacionados ao meio ambiente, pois conforme a orientação constitucional:

É estabelecida competência materiais comuns a todos os entes da Federação Brasileira e, portanto, é a partir do Município que a pessoa humana poderá usar os chamados bens ambientais, visando plena integração social, baseada na moderna concepção de cidadania, assunto que veremos a seguir.

Toda essa interpretação é linda, deslumbrante, porém, jamais se pode esquecer da ferida principal de nosso meio ambiente “a pobreza”, não faz sentido nossos governantes disciplinarem os cidadãos, impondo-lhes normas constitucionais e leis infraconstitucionais, sem antes ser observado o abandono e descaso dos mesmos quanto aos princípios fundamentais de 1ª e 2ª geração, humanos e sociais, respectivamente, o desrespeito e a desumanidade quanto às condições básicas de subsistência, pois é necessário entender que tais princípios servem de suporte para a existência dos demais.

Por esta razão vem surgindo atualmente um novo termo jurídico, uma nova teoria “Teoria do Estado Ambiental” que estabelece o seguinte: “Num Estado Ambiental, o cidadão não é mais o proprietário, ou trabalhador, mas sim a pessoa sem qualificações jurídicas específicas que lhe insiram num grupo específico, a quem deva corresponder direitos e deveres específicos”.

E com esse discurso pode-se até falar em “cidadania ecológica”, onde o direito ambiental se uniria aos direitos liberais e sociais e por força dos direitos de 3ª geração ampliariam o leque dos direitos fundamentais, previstos na Constituição.

Tendo visto alguns aspectos do que vem a ser meio ambiente, o trabalho agora passará a discorrer sobre o que é Reciclagem, quais as suas vantagens, quais os seus meios de utilização e a importância deste para com o meio ambiente.

Primeiramente o que é reciclagem? Para muitos é o conjunto de técnicas que têm por finalidade, aproveitar os detritos e introduzi-los no ciclo de produção de que saíram. Mas para o mundo jurídico a reciclagem tem outras finalidades como será observado a seguir:

Ao mesmo tempo em que a pobreza gera problemas ambientais, a grande quantidade e qualidade de recursos naturais que a América Latina tem em seu território são capazes de, através de um programa de sustentabilidade, melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas que aí vivem.

Além da melhoria do aspecto econômico, há também as vantagens de resolver os problemas causados pelo nosso lixo, nosso lixo doméstico!

Todo o dia é jogado fora latas de bebidas, garrafas de vidro ou plásticas, jornais, revistas, pneus velhos (hoje causadores de grande parte dos casos de dengue no Brasil), entulho originário da construção civil, entre outros.

No entanto, todo esse lixo pode sim, ser reciclado e em seguida ser reaproveitado pelas indústrias para produzir novos materiais. Estudos de reciclagem de lixo domiciliar vem se tornando cada vez mais importantes e necessários, principalmente no que diz respeito à preservação ambiental.

A reciclagem é uma solução para a reutilização de grande parte dos resíduos produzidos, a oferta de materiais recicláveis para industrialização de novos produtos influencia diretamente na paisagem urbana, na preservação do solo e de nossas florestas, coloca ainda em prática a política de preservação ambiental, disposta em nossas leis. A reciclagem é uma solução adequada de eliminação do lixo, visto o problema dos gases poluentes emanados pelas chaminés dos incineradores e a questão da população reivindicar a cada dia por um ambiente mais sadio.

De acordo com os responsáveis pela Certificação Ambiental no Brasil:

Poluição é um problema de grande atualidade em todo o mundo, porém milenar. Se bem que seja fenômeno antigo, sua amplitude atual liga-se ao crescimento industrial, avanço da ciência, da tecnologia e estufamento urbano apresentando o risco de criar, no futuro, talvez não muito remoto, situações desastrosas.

É em decorrência de todos estes problemas e em busca de soluções que o homem vem aprimorando cada vez mais o processo de preservação do meio ambiente e para tanto evoluir o nosso direito.

1 – A CONSTITUIÇÃO E O MEIO AMBIENTE

Atualmente a competência para apreciar matéria de direito ambiental esta repartida entre União, Estados e Municípios, este último desde que respeitem o constante do artigo 30 I e II da Constituição Federal de 1998.

Já em seu artigo 24 parágrafo 1º da Constituição Federal traz o condicionamento de que normas gerais devem ser estabelecidas pela União, sendo que normas gerais são aquelas que por sua natureza buscam ter aplicação em todo território nacional, são normas gerais, pois, são de interesse da coletividade. No mesmo artigo 24, porem em seu parágrafo 3º traz a possibilidade do Estado legislar e logo após o artigo 30 da mesma carta traz a previsão constitucional que permite o Município também apresentar ao tema.

Tudo isso para garantir a aplicabilidade e o respeito ao artigo 225 caput que trata de nosso Meio Ambiente.

Dentro do artigo acima citado, mais exatamente em seu parágrafo 3º a Constituição determina o início da responsabilidade penal, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas de reparar os danos causados ao meio ambiente.

Para assegurar a norma prevista no artigo 225 caput, caberá ao Poder Público, conforme inciso VI do mesmo diploma legal que destaca a conscientização e educação para preservação do meio ambiente, devendo-se para isto a combinação dos artigos 205 a 214 da Constituição Federal, que trata "da Educação", sendo observado principalmente o artigo 208, parágrafo 2º que especifica que o não cumprimento do mesmo, poderá ocasionar responsabilidade da autoridade competente por meio da Ação Pública, esta inovação é decorrente da Constituição de 1988, sendo que as anteriores não tratavam deste assunto com tanta seriedade.

2 – O DIREITO DO MEIO AMBIENTE

“O termo ambiente tem origem latina – *ambiens-entis*: que rodeia”.

No Brasil teremos “Direito ecológico que se trata do conjunto de técnicas, regras e instrumentos jurídicos sistematizados e informados por princípios apropriados, que tenham por fim a disciplina do comportamento relacionado ao meio ambiente”. (MACHADO, 1997, p. 70).

Temos assim, que o direito do meio ambiente abarcará o que se pretende proteger e normatizar.

Outro conceito a ser estudado é o trazido pelo Professor Michel Prieur da Universidade de Limoges, França e diretor do centro de direito ambiental, que de forma apropriada acentua:

O direito do ambiente é constituído por um conjunto de regras jurídicas relativas à proteção da natureza e à luta contra as poluições. Ele se define, portanto, em primeiro lugar pelo seu objeto. Mas é um direito tendo uma finalidade, um objetivo: nosso ambiente está ameaçado, o direito deve poder vir em seu socorro, imaginando sistemas de prevenção ou de reparação adaptadas a uma melhor defesa contra as agressões da Sociedade Moderna. Então o direito de ambiente mais do que a descrição do direito existente é um direito portador de uma mensagem, um direito futuro e da antecipação, graças ao qual o homem e a natureza encontrarão um relacionamento harmonioso e equilibrado. (MACHADO, 1997, p. 71)

Para muitos doutrinadores o direito ambiental é mais que um novo ramo do direito, mas este tende a penetrar todos os sistemas jurídicos existentes para orientá-los num sentido ecologicamente correto.

O direito ambiental traz em seu bojo alguns princípios fundamentais, de acordo com Machado (1997), tais como: i) O homem tem direito fundamental a condições devida e satisfatória, em um ambiente saudável, que lhe permita viver com dignidade e bem-estar, em harmonia com a natureza, sendo educado para defender e respeitar estes valores; ii) O homem tem o direito ao

desenvolvimento sustentável de tal forma que responda equitativamente as necessidades ambientais e ao desenvolvimento das gerações presentes e futuras; iii) Os países tem responsabilidades por ações ou omissões cometidas em seu território ou sob o seu controle, concernentes aos danos potenciais ou efetivos ao meio ambiente de outros países ou zonas que estejam fora dos limites da jurisdição nacional; iv) Os países tem responsabilidades ambientais comuns, mas diferenciadas, segundo seu desenvolvimento e sua capacidade; v) Os países devem elaborar uma legislação nacional correspondente à responsabilidade ambiental em todos os seus aspectos; vi) Quando houver perigo de dano grave e irreversível, a falta de certeza científica absoluta não devera ser utilizada como razão para adiar-se a adução de medidas eficazes em função dos custos para impedir a degradação do meio ambiente (princípio da precaução); vii) O Poder Publico e os particulares devem prevenir os danos ambientais, havendo correção, com prioridade, na fonte causadora; viii) Quem polui deve pagar e, assim as despesas resultantes das medidas de prevenção de redução da poluição e da luta contra a mesma, devem ser suportadas pelo poluidor; ix) As informações ambientais devem ser transmitidas pelos causadores, ou potenciais causadores de poluição e degradação da natureza, e repassadas pelo Poder Publico a Coletividade; x) A participação das pessoas e das organizações não governamentais nos procedimentos de decisões administrativas e nas ações judiciais ambientais deve ser facilitada e encorajada.

3 – LEIS AMBIENTAIS, INSTITUTOS E O MUNDO JURÍDICO AMBIENTAL

“O meio ambiente é considerado como, um Patrimônio Público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso difuso e coletivo” (MACHADO, 1997)

Podemos citar algumas legislações Estaduais, apenas para fins de complementação do capítulo:

- Decreto-Lei 134/75 (Legislação Fluminense);
- Lei nº. 4.090/79 (Estado de Alagoas);
- Lei Nº. 5.793/80 (Estado de Santa Catarina);
- Lei nº. 7.772/80 (Estado de Minas Gerais);
- Lei nº. 3.855/80 (Estado da Bahia);
- Lei nº. 4.154/80 (Estado do Maranhão);
- Lei nº. 7.488/81 (Estado do Rio Grande do Sul);

A maioria das legislações citada acima não limita o campo do meio ambiente apenas ao homem, mas a todas as formas de vida presentes em nosso ecossistema.

Em matéria do direito ambiente de pouco será a eficácia de comportamentos isolados em suas manifestações. Para que a ineficácia das normas não ocorra é necessário à integralização dos órgãos administrativos e uma cumulação entre as leis Federal, Estadual e Municipal.

Passaremos a citar outras legislações vigentes em nosso país:

- Decreto nº. 26.535/88;
- Lei Estadual nº. 9.866/97 (Qualidade Ambiental);
- Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);
- Lei nº. 9.605/98 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente);
- Decreto nº. 99.274/90 (Regulamento da Política Nacional do Meio Ambiente);

Toda legislação apresentada traz formas de evitar a degradação do nosso ambiente, informa sobre os principais problemas encontrados por nossa civilização, pois como já sabemos algumas áreas brasileiras são críticas em relação à poluição provocada pelos despejos industriais e domésticos, entre as mais agudas, encontram-se o Rio Paraíba do Sul, a Baía da Guanabara, Cubatão, São Paulo, etc.

A poluição causada pela deposição do lixo, pelos dejetos industriais e pelo despejo de águas usadas é a principal causa da poluição do meio ambiente, além disso o esgoto doméstico é o mais comum poluente orgânico da água doce e das zonas costeiras, quando altamente concentrado, o que geralmente ocorre nas grandes capitais.

Por esta razão temos que transformar a nossa legislação para que a mesma consiga acompanhar os problemas sociais e ecológicos presentes em todo o território nacional.

Em 19 de novembro de 1992 foi criado pela Lei nº. 8.490 o Ministério do Meio Ambiente, que era responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e controle das ações relativas ao meio ambiente, formulação e execução da política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos, preservação, conservação e uso racional dos recursos naturais renováveis, implementação de acordos internacionais na área ambiental.

Este Ministério foi composto inicialmente pelos seguintes órgãos:

- Conselho Nacional do Meio Ambiente;
- Conselho Nacional da Amazônia Legal;
- Conselho Nacional dos Recursos Naturais Renováveis;
- Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente;
- Secretaria de Coordenação dos Assuntos do Meio Ambiente;
- Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal;
- Secretaria de Coordenação dos Assuntos de Desenvolvimento Integrado;
- Secretaria de Recursos Hídricos;

É importante ressaltar que a matéria de direito ambiental não está em seu todo abrangida pelo Ministério do Meio Ambiente.

A ação do homem pode ou não comprometer o equilíbrio dos ecossistemas e elevar ou degradar a qualidade de vida. A poluição em nosso país não é tema recente, porém vem se agravando profundamente na última década.

Com a utilização de técnicas necessárias e a aplicação de normas econômicas realmente humanas, a partir de uma legislação mais complexa e integrada, com a criação de novos instrumentos processuais, certamente se tornará mais fácil à preservação de nosso Meio Ambiente.

Um grupo chamado Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente, com sede em Piracicaba, agindo em conjunto com a Universidade Metodista de Piracicaba, realizou uma manifestação, solicitando a criação de uma legislação que verificasse um estudo apurado de impacto ambiental para liberação de áreas destinadas a exploração industrial.

Um dos principais órgãos responsáveis atualmente por resoluções, pareceres, liberações de certificados é o Instituto Nacional de Proteção ao Meio Ambiente (INPAMA), que tem como principal finalidade apoiar a Campanha Nacional de Preservação permanente do equilíbrio físico e biológico da natureza em prol de um ambiente saudável, necessário ao bem-estar da coletividade.

A Lei complementar 14/73 estabeleceu a competência do Conselho Deliberativo de promover a elaboração do plano de desenvolvimento integrado da região metropolitana e a programação dos serviços comuns, é entendido como interesse comum o controle da poluição ambiental, esta norma veio a ser implantada para a competência municipal e das regiões metropolitanas.

Para uma melhor conscientização do que deve estar presente em nossa Legislação Ambiental deve-se exigir do Poder Público o emprego de toda tecnologia disponível em nosso território,

conforme artigos 225 caput (Já citado em capítulo anterior) e artigo 170 caput ambos da CF./88 este último quando remete: “A ordem econômica tem por finalidade assegurar a todos, existência digna, observada no contexto do inciso VI – defesa do meio ambiente”.

A União, portanto, deve existir e subsistir através da harmonia dos organismos a ela filiados, sendo que esta harmonia é constituída, é resultado de vários elementos dentre eles “A implementação do direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e propicio a uma sadia qualidade de vida” (MACHADO, 1997, p. 272).

Dentro do contexto das legislações apresentadas devemos verificar um fato importantíssimo para a preservação do meio ambiente, que é utilizado entre os Estados e Municípios Brasileiros, este fato é a presença de um princípio incorporado pela Convenção de Basiléia de 1989, em vigor atualmente no Brasil esse princípio trata que, “Os resíduos perigosos ou não devem ser depositados no local em que foram gerados” (MACHADO, 1997, p. 291).

Sendo que a regra geral aplicada é não mandar os resíduos para outra localidade, portanto, quem o produz deverá ser responsável pelo mesmo.

O princípio acima citado é sábio, pois obriga os entes a verificar o sistema de produção de suas empresas e o tratamento do lixo doméstico de sua população. Atualmente este princípio tem trazido recursos econômicos a aqueles que se responsabilizam pela reciclagem dos mesmos.

Por fim a Legislação Federal, de acordo com Machado (1997), traz um conceito para poluição:

A degradação da qualidade ambiental resultante de atividade que direta ou indiretamente:
a) as prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetam desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos. (MACHADO, 1997, p. 357)

Deve-se sempre observar que as legislações Estaduais, Municipais, podem ampliar o conceito de poluição estabelecido pela Legislação Federal, porém jamais podem restringir os efeitos descritos em seu texto, jamais podem restringir o alcance de tal norma e se o fizerem estas serão consideradas sem efeito para o mundo jurídico.

4 – A IMPORTÂNCIA DA RECICLAGEM DE LIXO DOMÉSTICO, SUAS VANTAGENS E SEU VALOR SÓCIO-ECONÔMICO

4.1 – Transformação

A natureza não oferece subprodutos inúteis e “nela nada se perde, nada se cria, tudo se transforma” (Lavoisier).

Os problemas surgem quando há intromissão no mecanismo de interação e compensação. Uma pilha de mercúrio, sem carga é atirada no lixo, representa um problema de absorção. O mercúrio será aquecido no incinerador e o vapor emitido pela chaminé voltará a terra sob forma de chuva. Muito provavelmente as bactérias o converterão em metil de mercúrio, levando-o para o organismo dos peixes, incapazes de metabolizá-los.

Este foi um simples exemplo do que pode vir acontecer com o nosso lixo de cada dia, sendo que a natureza é tão perfeita, que nos pagará na mesma moeda, recolocando esses detritos em nossa mesa em nossos alimentos, conforme o exemplo acima.

4.2 – Evolução

A natureza dedicou de dois a três bilhões de anos no afeiçoamento dos atuais seres vivos, dotando-os de um complexo sistema de partes compatíveis.

O ser vivo atingiu tal nível, que qualquer mudança nela pretendida parece vir a ser, necessariamente para pior que o presente. Possui milhares de componentes orgânicos e para cada substância criada pelo organismo, há uma enzima natural capaz de catalisá-la. Em verdade todas as substâncias orgânicas sintéticas são recalcitrantes a menos que haja previsão para a sua degradação.

Há, portanto, tendência para o acúmulo de substâncias orgânicas artificiais que fogem à estrutura tecida pela natureza. Dever-se-á, assim, considerar toda substância química orgânica criada pelo homem como sendo potencialmente perigosa para outras formas de vida do planeta.

4.3 – Inter-relacionamento

O princípio ativo do disciplinamento da vida no reino da natureza animada é a “luta pela existência”. Através dessa forma elementar de concorrência, as espécies existentes, isto é, as sobreviventes, encontram seu lugar no meio físico e na correlação prevalente, ou divisão de trabalho, entre as diferentes espécies. No mundo aquático, o inter-relacionamento pode ser ilustrado pelo ciclo “Peixe-matéria-orgânica-algas-peixes”.

Se uma súbita elevação da temperatura favorece a multiplicação das algas, será consumida a reserva de produtos inorgânicos. Para corrigi-los, os peixes comerão mais algas e produzirão mais matéria orgânica, o que redundará em incremento de nutrientes, quando concluído o processo de desintegração dos dejetos os índices de algas e nutrientes voltarão à situação anterior.

Foi necessário discorrer esta introdução para que possamos visualizar melhor o problema da reciclagem de lixo doméstico, tema que será desenvolvido a seguir.

4.4 – Os princípios da reciclagem

Por que você deve reciclar o seu lixo?

Observe na tabela abaixo o tempo de decomposição do lixo que é jogado diretamente na natureza:

VIDRO	10.000	ANOS
PLÁSTICOS	100 A 450	ANOS
LATA DE ALUMÍNIO	200 A 500	ANOS
LATA DE AÇO	10	ANOS
PAPEL	3	MESES
CHICLETE	5	ANOS
CIGARRO	1 A 2	ANOS

A geração de resíduos nos centros urbanos é hoje um grande problema a ser enfrentado pela sociedade, o crescimento populacional e o avanço do processo de industrialização, fez com que não só houvesse uma maior produção de lixo, mas também com que sua composição se modificasse ao longo dos anos, representando um verdadeiro desafio na destinação final dos resíduos.

A natureza e suas riquezas determinam a extensão substancial do ambiente físico do homem. Os recursos naturais são inegavelmente fatores de produção e, também por isso seu manejo racional deve ser um dos objetivos de uma política de bem-estar social.

Atualmente torna-se necessário o aprimoramento da qualidade de vida dentro das comunidades, desenvolvendo nestas a necessidade do conhecimento das leis da ecologia, desenvolvendo trabalhos científicos, tecnológicos para tratamento de lixo, despoluição e

desenvolvimento de políticas que previnam que a degradação ocorra em nossa sociedade. É necessário desenvolver nos homens um sentido todo voltado para a felicidade social, a harmonia com o meio ambiente, a sensibilização dos problemas ambientais.

“A luta contra a poluição é perfeitamente exequível, não sendo necessário para isso amarrar o progresso da indústria e da economia, pois a poluição da miséria é uma de suas piores formas” (MACHADO, 1997, p. 398).

A compatibilização do desenvolvimento econômico para com o meio ambiente ocorrerá desde que haja uma conscientização firme e sem distinção de classes do progresso dos meios de proteção à natureza e ao meio ambiente.

4.4.1 – Movimentos Ecológicos

Muitos lhe profetizaram vida curta, quando surgiu, no final dos anos 60, nos países industrializados, um incipiente movimento de defesa do meio ambiente, que não fazia da questão social e política o centro de seu programa e ativismo.

A resposta contemporânea aos anseios ambientalistas à idéia de usar os recursos naturais com racionalidade e de buscar soluções sustentáveis demorou décadas para se cristalizar, desde o nascimento, nos anos 6, do prenúncio de uma consciência ecologicamente correta.

Na carona da contracultura, surge um movimento que prega a volta à natureza. Primeiro grande malefício da industrialização e da urbanização a ser detectados, a poluição atmosférica preocupa os governos, nos anos 70 o Brasil cria suas principais agências ambientais

governamentais, como por exemplo a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB).

Já nos anos 80 marcam a institucionalização da preocupação com o meio ambiente. Grandes desastres ecológicos, como o derramamento de petróleo pela EXXON na baía do Alasca, chocam a opinião pública. Surge um movimento ecológico preocupado com a extinção de espécies animais e com a dilapidação das florestas tropicais.

No Brasil cresce o número de leis que tratam de temas ambientais. Em resposta a indústria se mobiliza para poluir menos.

Em 1992 temos um marco, a conferência Rio 92, onde ali a sociedade mundial reconhece a importância do desenvolvimento sustentável e do papel das ONG'S da sociedade civil organizada.

A partir da segunda metade da década de 90, alguns sistemas começam a perceber que o uso racional dos recursos que significa economia e a repensar o processo produtivo em função disto "Nascia o conceito de ecoeficiência" (SENAC, 2002), a idéia de produzir mais com menos impacto sócio-ambiental.

Quase 30 anos depois, o heterogêneo movimento verde, ecológico ou ambiental, é protagonista da vida política, social e intelectual em maior ou menor escala, de acordo com os países.

Os ecologistas ganharam influência maior justamente nas sociedades em que as consequências ambientalmente danosas do progresso capitalista são mais evidentes e "Naquelas em que os benefícios da superação dos arcaísmos próprios das sociedades pré-modernas, já não constituem o horizonte da maioria dos cidadãos" (ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO, 2000).

Tampouco é estranho o crescimento dos movimentos ecológicos verdes na América Latina, o fato de que seus países começaram a participar da “modernidade globalizada” na última década e de que a mesma não trouxe os benefícios que seus apologistas prometiam e que, certamente, muitos cidadãos aguardavam com ansiedade. De qualquer modo, as quase três décadas de vida contribuíram para a maturação do movimento ecológico.

4.5 – Das vantagens e do valor sócio-econômico

A redução da biodiversidade, esgotamento dos recursos hídricos, mudanças drásticas no clima da Terra. Embora sejam conhecidas há anos, as grandes questões ambientais preocupam o mundo globalizado cada vez mais, felizmente, ajudar a mudar o destino de um planeta fadado ao desastre ecológico não é mais uma utopia juvenil. É uma promissora atividade profissional que soma formação abrangente, funções e campos de trabalho variados, perspectiva de emprego e um ideal.

De acordo com a projeção do Ministério do Meio Ambiente, a área ambiental vai criar 500 mil postos de trabalho até 200.

É a preocupação em formar os profissionais que levarão às empresas e aos governos o conceito e a prática de um novo tipo de gestão, que leva em conta o impacto sócio-ambiental da produção e a necessidade de reduzi-lo ao mínimo. Depois de muita resistência as empresas descobriram que considerar o meio ambiente, além de ser sua responsabilidade, gera economia. Não dá para pensar só na conservação sem levar em conta, por exemplo, os aspectos econômicos.

Apesar de não ser expressão de uma organização concreta entre muitos ambientalistas, ganhou peso a idéia de que é impossível superar a atual crise ambiental a partir de uma perspectiva puramente ecológica, motivo pelo qual inventaram o conceito de sustentabilidade para definir a natureza da sociedade que pretendem alcançar.

As normas de direito econômico e ambiental devem ter uma fonte política econômica fundamental, pois a política econômica trabalha necessariamente com a coordenação de atividades de mercado, sendo assim também abraça em seu conteúdo questões de caráter ambiental, tais como: reaproveitamento de lixo, aproveitamento de recursos naturais, o quanto de reserva natural é desejável e qual o seu regime social. “São indisponíveis os fundamentos econômicos de uma política ambiental conseqüente e exeqüível” (DERANI, 1997, p. 68), sendo que a primeira hipótese não ignora a política de proteção dos recursos naturais.

A existência de dois fundamentos orientando a formação do direito econômico e de direito ambiental, por fim visam atender as mesmas expectativas, ou seja, a mesma expressão “A qualidade de vida”. Nestes ramos do direito é necessário que a expressão qualidade de vida almeje a mesma finalidade, sendo que atuam em conjunto, o do nível de vida material e o de bem-estar físico e espiritual.

Devemos observar assim que a existência da norma jurídica não se afasta da realidade, sendo verdade que uma ampla discussão ambiental é mais profícuo numa sociedade que seja capaz de resolver as necessidades básicas da fome, moradia e saúde.

Então o conceito de “qualidade de vida” presente em ambas às normas deve prever a obtenção de fatores necessários que conduzam ao atendimento das necessidades básicas, como alimentação, habitação, saúde e educação. As políticas que fornecem o instrumental necessário à aquisição desses bens não se opõem à política ambiental, ao contrário, elas se completam.

No momento em que se procura normatizar a utilização do meio ambiente, pois aspectos devem ser ressaltados, o primeiro considera o meio ambiente elemento do sistema econômico e o segundo considera meio ambiente como sítio, um local a ser apropriado para o lazer ou para as externalidades da produção, tornando-se depósito dos subprodutos indesejáveis desta produção.

A economia ambiental tem como foco de preocupação os “efeitos externos” e procura fixar o emprego do preço de mercado para responder as questões do uso de recursos renováveis e não renováveis.

O correto é afirmar que o fator natureza faz parte da economia, compondo o aumento e a diminuição de riqueza de uma sociedade, sem a necessidade da quantificação monetária.

A sociedade não é um agrupamento aleatório humano. O homem é um ser social, enquanto se solidariza com o outro para um objetivo comum de sobrevivência e existência. A perda do sentido do agrupamento social transforma a união com o outro em sociedade num ato forçado. Uma violência à expansão da força individual. É a dessocialização do homem em sociedade e a desnaturalização do homem na sua relação com a natureza. (DERANI, 1997, p. 119).

É evidente, que a questão da conservação da natureza integra uma destruição ambiental, que desconhece fronteiras, mas sobretudo pela sua vinculação à dinâmica do mercado internacional.

A destruição desgovernada do meio ambiente não se trata de uma simples relação sobre o crescimento econômico de um país, mas sim de um processo de globalização desenfreada dos meios de produção, fatores que causam efeitos não necessariamente locais, mas sim em proporções internacionais.

É certo afirmarmos que determinadas formas de qualidade de vida, ou bem-estar não podem jamais ser generalizadas, pois se a economia não solucionar estes problemas referentes ao fator natureza de produção, bem como os resultados na produção de lixo, jamais será resolvido o

problema. Devemos observar que muitas vezes algumas formas de bem-estar chegam mesmo a ser causa da pobreza.

A verdade é que a conscientização das bases naturais vem como reação à própria lógica que centrou a noção do bem-estar na aquisição individual de bens de consumo, e torna-se necessária imediatamente uma revisão de valores.

5 – MEIO AMBIENTE E CIDADANIA

Hoje o destino de quase todo o lixo doméstico são lixões e aterros sanitários que causam grande impacto ambiental. Ora ou outra, esses resíduos retornam poluindo a água corrente, os alimentos e o ar. As grandes cidades sofrem com a falta de espaço para depositar resíduos sólidos.

São Paulo, por exemplo, gera 15 mil toneladas por dia isso equivale a 50 apartamentos de 100m² completamente cheios de lixo. Conforme dados da LIMPURB paulista, os dois aterros sanitários da cidade só tem vida útil ate 2004, o que devemos fazer, que providencias devemos tomar?

“O mais importante é diminuir o consumo e evitar o desperdício, e uma das grandes saídas para isso esta, na RECICLAGEM!!!”

Passaremos a partir de agora a aproximarmos um pouco mais das questões ambientais, fazendo uma breve introdução dos meios instrumentais que nós “cidadãos” brasileiros temos ao nosso alcance. Tudo relatado de acordo com nossos grandes doutrinadores.

Começaremos a descobrir o que é cidadania, que segundo o previsto no conteúdo do dicionário Aurélio, é a qualidade ou estado de cidadão, que por sua vez é o individuo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este.

Este conceito vem sendo relevado e hoje o ser humano conceitua-se de modo diferente. Não mais um cidadão que domina a natureza para criar seu mundo, mas um ser da natureza que cria seu mundo convivendo com ela.

O verdadeiro destaque para esses meios de cidadania esta na verdade, com exagero nenhum, em afirmar que as mais importantes conquistas da Legislação Ambiental Brasileira partiram de iniciativas e das lutas de entidades ambientais, formadas por nossos cidadãos. O movimento

ambiental tem contribuído, ao longo do tempo para a elaboração de propostas e programas de governo, bem como tem acompanhado de forma crítica o exercício de mandatos parlamentares e executivos. Atualmente, tais entidades vêm exercendo influências e acompanhando diversas discussões referentes aos orçamentos Federal, Estadual e Municipal destinado ao meio ambiente, pois de nada adianta grandes programas sociais, sem recursos.

A partir da Resolução Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº. 003/88, que disciplina os Moleirões Ambientais, localizar agressões ao meio ambiente e denunciá-las faz parte das atividades cotidianas rotineiras de todo cidadão. Faz-se necessário à constituição de grupos civis de fiscalização, credenciados, tanto pelos órgãos públicos e preferencialmente acompanhados por servidores públicos.

Apesar de ser um instrumento ainda pouco usado, abre possibilidades de ação direta da cidadania ambiental, pois a partir da constatação da infração, incumbe ao cidadão individual ou organizado, exigir dos administradores públicos o cumprimento da legislação.

Outra forma de participação ativa da população é o procedimento licenciatório de atividades potencial ou efetivamente poluidoras do ambiente, onde incumbe o cidadão acompanhar a publicação de pedidos de licenciamento, intervindo sempre que julgar necessário, tal procedimento está previsto na Lei nº. 6938/81 e Resoluções do Conama nº. 001 e 006/86.

A prática de denúncias de agressões ao meio ambiente bem como atividades educação ambiental, foram marcas características do extinto Movimento de Ação Ecológica (MAE), e o são da jovem Força, Ação e Defesa Ambiental (FADA).

Já no Decreto nº. 99.193/90 traz em um conceito de zoneamento ecológico econômico “é uma atividade necessária para diminuir as desigualdades sociais, melhorar a qualidade de vida exigências ambientais. Na elaboração de zoneamento, é essencial a participação pública e as

discussões científicas, éticas, políticas e econômicas devem contar com a presença das entidades ambientais” (AGUIAR, 1994).

Muito há ainda a ser conquistado, nesta área de participação popular.

Ainda há um grande caminho a ser percorrido para que o Judiciário de respostas eficazes às demandas sociais. Os problemas do meio ambiente são revestidos de uma característica que se choca com as praticas comuns desse Poder: eles são velozes e devem ser estancados com rapidez.

Alguns instrumentos judiciais que podem ser usados pelos cidadãos são a Ação Popular, regulada pela Lei nº. 4.717/66 e alterada pela Lei nº. 6.513/77, é importante saber que a Constituição Federal de 1988 ampliou significativamente o âmbito protetivo deste instrumento em seu artigo 5º, inciso LXXIII, o Mandado de Segurança, que também poderá ser usado. O típico e mais importante meio processual de defesa ambiental é a Ação Civil Pública, criada pela Lei nº. 7.347/85 e alterada pela Lei nº. 8.078/90, podem ser proposta pelo Ministério Público, pela União, Estados e Municípios, por autarquias, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou por associação constituída há pelo menos um ano e que inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico ou qualquer outro interesse e difuso ou coletivo.

E por último poderá ser ajuizada ação cautelar, objetivando evitar o dano aos bens protegidos, bem como ser instaurado inquérito policial, pelo Ministério Público.

É importante saber que a Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 127, que “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

Por esta razão o Ministério Público tem sido mais do que um aliado da cidadania ambiental. A criação de curadorias especializadas, a partir da Lei nº. 7.347/85, em muito contribuiu para ampliar a eficácia das atitudes em defesa do ambiente e da qualidade de vida.

Para concluirmos este capítulo devemos observar que a cidadania pode contribuir, na luta de recursos, no desenvolvimento técnico-científico, com laudos de apuração e uma infinidade de influencias benéficas ao meio ambiente.

5.1 – Finalidade das ações de cidadania

Tudo que foi exposto no item anterior leva a necessidade da produção de normas que viabilizam a colaboração e a participação da sociedade nas decisões.

E é neste sentido que caminham as discussões atuais entre os cidadãos e os órgãos administrativos, aspecto este que tem sido chamado de “ação concertada”, buscando a melhor harmonização das praticas e valores de uma sociedade. Para que tais pensamentos venham a se concretizar, com plena compreensão e extensão de sentido da essência do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, somente tornar-se-á possível após o vigor, de tais normas, ou à medida que os cidadãos, juristas e órgãos do Estado trabalhem para sua efetividade material.

O que se encontra presente neste momento é o “princípio da cooperação” um valor importante e marcante do direito ambiental.

Este caminho é definido pela instituição de políticas e normas ordinárias visando especificar como e em que medida este fim pode e deve ser alcançado, sendo assim, em relação ao objetivo, a finalidade da proteção do meio ambiente, os procedimentos que deverão ser tomados, daqui por

diante, são políticas ambientais que em conjunto das normas ambientais já existentes ou que ainda virão existir no ordenamento, jamais desprezando a aplicação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, venham a ter maior efetividade no mundo jurídico.

De acordo com Aguiar (1994), deve-se observar que é a primeira vez que se prescreve um direito para quem ainda não existe: as futuras gerações. É que esta preocupação tem sua origem no aumento de dificuldades que devem ser enfrentados pelas futuras gerações devido ao comportamento inconseqüente da geração presente.

As gerações futuras estão diretamente ligadas aos direitos fundamentais difusos e coletivos e passa a ser uma obrigação pelo menos moral dos indivíduos que habitam este planeta no presente, garantindo assim o princípio importantíssimo de manutenção da vida presente e futura do planeta.

Deve-se entender que o princípio presente no artigo 225 da Constituição Federal de 1988 para ser assegurado, deve-se manter base de reprodução dilatada no tempo. Sua concretização não pode ser encarada como mero período temporal num determinado espaço, pois se assim fosse não ultrapassaria as barreiras da suposição.

6 – DOS MEIOS EXISTENTES DE PRESERVAÇÃO E RECICLAGEM

Alguns resíduos têm sido negligenciados tanto pelo público como pelos legisladores e de divulgação de seus efeitos poluidores e falta de educação adequada para proteção de nosso meio ambiente. Como estes resíduos, vêm sendo considerados menos irritantes que os demais resíduos, estes vêm sendo negligenciados por todos.

A limpeza pública e a coleta, transporte e disposição dos resíduos sólidos dizem respeito, primariamente à saúde pública e ao meio ambiente. A Lei Federal nº. 2.312/54 regulamentada pelo Decreto nº. 49.974-a/61 estabelece: “A coleta, o transporte e o destino final do lixo deverão processar-se em condições que não tragam inconvenientes à saúde e ao bem-estar público”.

As descargas livres praticadas por particulares ou pelas prefeituras municipais apresentam, inegavelmente, perigos certos e criam transtorno público, com interferência na vida comunitária e no desenvolvimento.

Em São Paulo esta prática já é proibida pelo Decreto 52.497/70 em seu artigo 371, que proíbe o lançamento dos resíduos sólidos a céu aberto.

Uma prática de conservação conhecida é o depósito em aterro sanitário, que nada mais é que

método de disposição de refugo na terra, sem criar prejuízos ou ameaças a saúde e segurança pública, pela utilização de princípios de engenharia que confirma o refugo ao menor volume possível, combinando-o com uma camada de terra na conclusão de cada dia de operação ou mais freqüentemente de acordo com a necessidade. (DERANI, 1997, p. 267).

Este método passou a ser regulamentado no Estado de São Paulo pela Lei nº. 898/75 em seu artigo 11, inciso XII.

Outra saída existente é a incineração que dizem ser a forma mais eficaz para acabar com o lixo, se é a única alternativa viável, já que reduz o lixo a 5% do seu volume. No Estado de São Paulo e no Rio Grande do Sul é vedada à queima de lixo ao ar livre (artigo 368 do Decreto nº. 52.497/70 e artigo 110 do Decreto nº. 23.430/74).

Também existente no Brasil, mas ainda sem regulamentação adequada é o processo de transformação do resíduo sólido em composto, pratica realizada através de usinas de compostagem.

Por fim o atual e importantíssimo processo de Reciclagem e Recuperação de energia.

A disposição do resíduo é parte do problema, a outra parte é o expediente da conservação de resíduo. Atualmente, qualquer que seja o local onde o resíduo é depositado, o mesmo poderá ser considerado perdido para as necessidades, materiais e energéticas. A alta dos custos e a dificuldade de obtenção dos combustíveis convencionais transformaram o resíduo sólido em atraente fonte de energia. De outro lado, o valor dos resíduos materiais recuperáveis aumentou significativamente.

Com a comercialização adequada constatou-se que a reciclagem compensa, considerando-se os custos do aterro sanitário e da incineração.

Garrafas plásticas, sacolas de supermercado e sacos de lixo depois de reciclados retornam como novos produtos plásticos, poupando-se um recurso natural valioso: o petróleo. É possível fazer de um pote de margarina uma mangueira d'água, caixas de papelão e revistas também voltam fazendo outros papéis, o jornal reaparece, por exemplo, como caixa de ovos.

Objetos de vidro se transformam em outras peças de vidro. Recipientes de alumínio ou de aço viram lâminas de metal, usadas na indústria automobilística e na produção de latas. Cascas de frutas, sobras de comida, podas de arvores representam 60% do volume dos descartes. Decompostos, viram adubo para plantas.

Mesmo quebrado ou em cacos o vidro pode entrar mais uma, duas, 100 mil vezes no processo de fabricação de garrafas, embalagens e frascos. O aproveitamento é total, uma garrafa quebrada, quando entra no forno, se transforma em uma garrafa nova. A indústria que utiliza o vidro se anima com essa perspectiva e o volume de material reciclado vem aumentando no Brasil. Uma pesquisa da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automotivas de Vidro (ABIVIDRO): “Mostra que a média de reciclagem na indústria brasileira é hoje de 42% do total produzido, contra 15% em 1991”.

A coleta de vidro seletiva de lixo e o reaproveitamento de vidro sustentam hoje vários projetos sociais.

Muitos brasileiros, a maioria de grandes cidades, tiram seu sustento com essa ocupação. Uma garrafa de vidro pode levar até 10 mil anos para ser totalmente reabsorvida pela natureza. Portanto sua reciclagem torna-se essencial ao meio ambiente, além disso, quando se aproveita o vidro, usa-se menos matéria-prima retirada da natureza. Há também economia no consumo de energia elétrica utilizada para fabricar novas embalagens, o volume de energia elétrica poupado na produção de uma garrafa seria suficiente para iluminar uma lâmpada de 100 w por quatro horas.

Isso sem falar na diminuição do lixo nos aterros sanitários, um problema sério em toda à parte e principalmente nas cidades grandes.

Já a Companhia de Supermercados Extra em parceria com a fabricante de bebidas Ambev e a empresa de reciclagem Latasa, instalaram em São Paulo e Rio de Janeiro projeto piloto de máquinas que recebem e trituram garrafas plásticas para a reciclagem e dão em troca, vale-compras de R\$0,01 centavo por unidade, ou seja, elimina-se o lixo e ainda recebe-se por isso.

O importante e necessário é que os cidadãos passem a procurar associação de bairro, cooperativas de catadores de rua e entidades assistências. Elas compram o lixo reciclável e revendem para indústrias, além de poder optar pelos postos de entrega voluntária que mantêm

contêineres em supermercados e secretarias de meio ambiente.É importante que todos façam sua parte ou melhor que todos façam parte.

7 – JURISPRUDÊNCIA – EMENTA

7.1 – Despejos Industriais e Domésticos

Indenização – Responsabilidade civil – Meio Ambiente – Danos – Poluição Comprovada – Despejos Industriais e Domésticos Lançados “in natura” – Em Córrego - Morte de Peixes Causada pela Elevação do pH da Água, Ocasionalada pelos Despejos – Responsabilidade Objetiva – Obrigação de Indenizar – Artigo 14, §1º, da Lei Federal nº. 6.938 de 1981 – Recurso Não Provido.

Independente de Existência de Culpa o Dever de Indenizar Decorrente de Responsabilidade Objetiva Firmada no § 1º do artigo 14 da Lei nº. 6.938, de 1981.

Indenização – Responsabilidade Civil – Meio Ambiente – Danos – Despejos Lançados – “in natura” – Em Córrego – Montante da Condenação – Valor Estimado pela CESP – Órgão para Tanto Capacitado – Ré que Não Apresentou Qualquer Outro Valor que Pudesse Contrariá-la ou Substituí-la – Sentença Confirmada – Recurso Não Provido.

Não Sendo Possível Fixar-se um Valor Absoluto dos Prejuízos, a Solução Há que Ser Obtida Através de Estimativa Por Órgão a Tanto Capacitado.

Acórdão: TJ-SP

Apelação Civil nº. 216.131-1 – Sorocaba

Apelante: S.A.Indústrias Votorantin

Apelado: Ministério Público

7.2 – Depósito de Lixo

Ação Civil Pública – Dano ao Meio Ambiente – Depósito de Lixo Industrial e Urbano sob Aterro Sanitário Situado às Margens de Córrego Abastecedor da Região.

Liminar Visando à Imediata Paralisação da Coleta – Indeferimento – Situação que Persiste há Vários Anos – Impossibilidade de a Municipalidade dar Pronto ao Destino à Descarga – Necessidade de Perquirição das Reais Condições do Local e de Possíveis Soluções Municipais.

Se Datada de Vários Anos a Existência de Depósito de Lixo Industrial e Urbano sob aterro Sanitário Situado as Margens de Córrego Abastecedor da Região, Temerário dar Aquela por Finda em Liminar Pretendida em Ação Civil Pública, Proposta para Evitar Dano ao Meio Ambiente, sem Perquerir Efetivamente das reais Condições do Local e Possíveis Soluções Municipais, Uma Vez Inviável à Municipalidade dar Pronto Destino à Descarga.

Acórdão TJ-SP

AI 112.890-1 – 7ªC. – j.22-2-89.

Rel.Des. Benini Cabral

CONCLUSÃO

Acredito ter alcançado com este trabalho, os objetivos traçados e ter proporcionado para aqueles que nunca tiveram a oportunidade de discorrer sobre o assunto.

É notória a necessidade de nos envolvermos com a causa da preservação do Meio Ambiente, não somente através dos meios de preservação, coleta seletiva e reciclagem, mas por todos os caminhos que o “novo cidadão” consciente tende a obter. O homem deve buscar viver em ambiente ecologicamente equilibrado visando obter a melhor “qualidade de vida” possível.

A proteção ao meio ambiente deve ser encarada por todos como o Novo Direito Difuso e Coletivo, um novo princípio fundamental, um direito de nova geração, visando não apenas o individualismo mas a proteção da coletividade, presente e futura.

A importância da reciclagem não está somente na preservação visual do Meio Ambiente, mas na economia da energia, no reaproveitamento dos meios de produção, da sustentabilidade econômica que é um dos pontos chave para que futuros projetos ambientais venham a ter êxito.

Finalmente, a importância de mantermos nosso Meio Ambiente vivo, com uma qualidade de vida adequada para todos, gerando novo empregos e novos recursos para manutenção do desenvolvimento sustentável de nossa economia, esta diretamente ligada a novos projetos de reeducação ambiental que visem abrangências geral, sem exclusão das classes sociais inferiores que na verdade acabam sendo um dos principais poluidores do lixo doméstico de nossas grandes cidades.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, R. A. R. **Direito do Meio Ambiente e Participação Popular: direito, poder e opressão**. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1994.

BIRNFELD, C. A. S. **Do Ambientalismo à Emergência das Normas de Proteção Ambiental no Brasil**. In VARELA, Marcelo Dias et al. (orgs.). *O Novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1998.

BONS FLUÍDOS. São Paulo: Editora Abril, n. 34, mar. 2002.

BORGES, R. C. B. **Direito Ambiental e Teoria Jurídica no Final do Século XX**. In VARELA, Marcelo Dias et al. (orgs.). *O Novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1998.

BRASIL. Constituição (2000) Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CASA CLÁUDIA. São Paulo: Editora Abril, 2001.

CERTIFICADO AMBIENTAL, Instituto Nacional de Proteção ao Meio Ambiente (INPAMA), Regulamento Interno.

COLEÇÃO GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural LTDA, 1998. v. 6 e 7.

DERANI, C. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. São Paulo: Publifolha; Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio, 2000.

FIORILLO, C. A. P. **O Direito de Antena em Face do Direito Ambiental no Brasil**. São Paulo, Saraiva, 2000.

LEITE, J. R. M. **Introdução ao Conceito Jurídico de Meio Ambiente**. Florianópolis: Mimeo, 1997

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

MIRRA, A. L. V. **Impacto Ambiental: aspectos da legislação brasileira**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

MOTTA, M. N. J. **O Exercício da Cidadania do Direito Ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1998.

PESQUISA DE CONHECER: Biologia Geral e Ecologia. São Paulo: Círculo do Livro, 1986. p. 7-37.

PRADO, L. R. **Crimes Contra o Ambiente**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1998.

REVISTA SEMANAL INFORMATIVA. São Paulo: Editora Abril, , n. 23, jul. 2001.

REVISTA SENAC-SP. São Paulo: Agenda Senac.sp, jul.- set. 2002.

ROSA, Ana Paula L. L.; SAMPAIO, Carlos. (Org.). **Meio Ambiente**. 2. ed. Série Jurisprudência. Rio de Janeiro: Esplanada, 1997.

SERRANO, J. L. **Concepto Formación g Autonomia Del Derecho Ambiental**. Belo Horizonte: Del Rei (O Novo em Direito Ambiental).

VARELLA, M. D; BORGES, R. C. B. **O Novo em Direito Ambiental**. Belo Horizonte: Del Rei, 1998.